

Sarney joga tudo, ou nada

O presidente Sarney vai decidir cedo se adota ainda hoje as medidas econômicas preconizadas por seus ministros da Fazenda e do Planejamento para dar combate cerrado às formas de degradação do deficit público, sangrando por todos os lados, e não só pelo lado mais fraco da folha do funcionalismo. Sarney, porém, vai ouvir ainda hoje as lideranças políticas, incluindo aí o presidente nacional do PFL, senador Marco Maciel, que por sua vez consultou um grupo de economistas de seu partido.

Não serão decisões fáceis de tomar, mas o Presidente da República parece determinado a sua adoção. Dessa postura depende o sucesso de sua estratégia de formar um bloco da maioria política, e conquistar de vez os cinco anos de mandato na Constituinte. Será mais consagrada a vitória caso venha referendar um Presidente e um governo que tomam reais medidas para impedir o desajuste da economia, e o caos social, com ameaça de recessão e desemprego.

Mas o Presidente não estará disposto a seguir exclusivamente o receituário de seus dois ministros da área econômica, tanto que vem se municiando amiúde de conselhos do ex-ministro João Sayad. Da mesma forma pediu ao senador Maciel as sugestões dos economistas liberais. Por coincidência, no último domingo, o ex-ministro Mário Henrique Simonsen, filiado ao PFL, defenderia em entrevista que o maior causador do deficit público não é o pobre do servidor público que os Srs. Mailson da Nóbrega e João Batista de Abreu querem penalizar, mas a inflação. E quem se dispõe a penalizar o grande autor da inflação, que é

o próprio Governo?

Os tecnocratas são sempre muito rápidos em indicar fórmulas de economia, mas o ensina John Kenneth Galbraith que um bom economista nunca pode dar cedo demais. Essa lição estaria sendo absorvida pelo presidente Sarney, que não quer dar mão forte à tecnocracia política em troca de ter tirado os economistas do PMDB do aprisco do poder. Antes, no prudente exercício de sua frágil transição, consulta a quem deve, e a quem pode, para errar o menos possível.

O Governo, no entanto, está dividido em concepções quanto ao receituário a adotar para o deficit público. Há enormes divergências separando os "ministros técnicos" e os "ministros políticos". Mas não há desempate à vista, pois a razão das discordâncias tem sido quase a fixação de todo o problema na extinção ou congelamento da URP para os servidores. Não se conhece qualquer programa de austeridade de longo prazo, a não ser de contenção para satisfazer o FMI, e permitir que até depois de amanhã a delegação brasileira firme um acordo definitivo para o pagamento da dívida: precisando tomar medidas efetivas para revelar que está plenamente assentado no comando do poder, o presidente Sarney já superou o plano crítico na política, mas agora precisa atravessar o Rubicão da economia. Vai ser uma decisão aflitiva e complexa, pois envolve também um risco de tudo não dar certo. Paliativos, meias medidas, serão devolvidos mais tarde ao Governo na forma de caos. É tudo ou nada para o Presidente. E ele já sabe.

29
MAR 1990

CORREIO BRASILEIRO